



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Sua Excelência O Presidente da
Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores
Rua Marcelino Lima 9901- 858 Horta

S/Referência	S/Comunicação	N/Referência	Data
S/3414/2022	30/11/2022	Sai-AP/2023/4	11/01/2022

ASSUNTO: Requerimento n.º 511/XII (PS) – “Um novo ajuste direto, mas o mesmo *modus operandi*, da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas”, apresentado pelos Senhores Deputados Carlos Silva e Rui Anjos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista

Em resposta às questões colocadas no requerimento referido em epígrafe, subscrito pelos Senhores Deputados Carlos Silva e Rui Anjos, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cumpre-me informar V. Ex^a. do seguinte:

Os documentos solicitados encontram-se em anexo:

- Cópia das peças procedimentais relativas ao procedimento de aquisição de serviços para “Criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores”;
- Cópia dos convites realizados no âmbito do procedimento suprarreferido;
- Cópia das respostas das entidades convidadas referidas no ponto anterior e das suas eventuais propostas;
- Cópia do contrato celebrado com a empresa «Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda.» e da documentação por esta entregue de acordo com o solicitado no convite.

Os documentos “Cópia do relatório do júri” e “Cópia do despacho de homologação” não existem uma vez que foi apenas apresentada uma proposta e há apenas o despacho de adjudicação nos termos do CCP, respetivamente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
Secretaria Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Com os melhores cumprimentos,

O Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Assinado por: **DUARTE NUNO D'ÁVILA MARTINS**
DE FREITAS
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2023.01.11 11:28:24-01'00'





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO
NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL
DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO
DOS AÇORES”**

CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE
JANEIRO E REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES,
APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Índice

1.	OBJECTO DO CONCURSO.....	3
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE CONTRATAR.....	3
4.	FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO (QUANDO SEJA FEITA AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 24.º A 27.º E 31.º A 33.º, DO CCP).....	3
5.	DOCUMENTOS DA PROPOSTA	3
6.	MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (EM SUPORTE DE PAPEL, DIFERENTE DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO CCP)	4
7.	ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
8.	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	5
9.	PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO	5
10.	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.....	5
11.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	5
12.	INADMISSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA POR AGRUPAMENTO.....	6
13.	INADMISSIBILIDADE DE ADIANTAMENTOS	6
14.	NEGOCIAÇÃO	6
15.	PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	7
16.	APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
17.	REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	7
18.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

1. OBJECTO DO CONCURSO

A Direção Regional do Turismo, através da Exma. Sra. Diretora Regional do Turismo, convida V. Ex.^a a apresentar proposta, no âmbito do procedimento por **ajuste direto n.º 13/DRT/2022**, ao abrigo do disposto no artigo 38.º, no artigo 112.º, no n.º 1 do artigo 113.º e n.º 1 do artigo 114.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (doravante designado pelo acrónimo CCP), bem como na alínea a) do artigo 20.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro (doravante designado pelo acrónimo RJCPRAA), para a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”**.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A Direção Regional do Turismo, sita na Rua Comendador Ernesto Rebelo, n.º 14, Apartado 63, 9900-112 Horta, telefone n.º 292 200 500, e-mail: acoresturismo@azores.gov.pt

3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, datado de 30/08/2022, ao abrigo do disposto no artigo 36.º, n.º 1 do CPP e na alínea e) do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO (QUANDO SEJA FEITA AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 24.º A 27.º E 31.º A 33.º, DO CCP)

Não é aplicável, uma vez que o presente ajuste directo é realizado nos termos do previsto na alínea a) do artigo 20.º do RJCPRAA.

5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

5.1 A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o **Anexo I** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes;
- b) Proposta de preço e prazo, de acordo com o **Anexo II** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

5.2 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos dos atributos da sua proposta que importem à execução do contrato.

5.3 A apresentação de propostas em desconformidade com estipulado no ponto 5.1., será excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (EM SUPORTE DE PAPEL, DIFERENTE DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO CCP)

6.1. A proposta deve ser formalizada por escrito, redigida em língua portuguesa, assinada pelo representante da empresa com poderes para o acto, e apresentada em suporte informático, através do endereço de correio eletrónico acoresturismo@azores.gov.pt

6.2. Os documentos que constituem a proposta devem ser remetidos, juntamente com a proposta, para o endereço eletrónico previsto no ponto anterior, devendo ser indicado no assunto a referência a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”.

7. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

7.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são apresentados à Diretora Regional do Turismo, os quais devem ser solicitados, por escrito, e pelos meios indicados acima, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.2 Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, pela Diretora Regional do Turismo, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta.

7.3 No prazo referido no ponto 7.1, o interessado pode apresentar à Diretora Regional do Turismo uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

7.4 No prazo referido no ponto 7.2 a Diretora Regional do Turismo pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.

7.5 A Diretora Regional do Turismo deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto ponto anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

7.6 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, em suporte informático, até às 23h59m (hora dos Açores) do 12.º dia, a contar do envio do presente Convite, para o endereço eletrónico acoresturismo@azores.gov.pt

9. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1 A entidade convidada apresentará um preço para a aquisição de serviços até € 56 600,00 (cinquenta e seis e mil e seiscentos euros) nos termos do artigo 47.º do CCP, devendo ser indicado em algarismos e não incluir o IVA (n.º 1 do artigo 60.º do CCP).

9.2 2- O prazo da execução tem o limite mínimo de 90 (noventa) dias e o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato e abrange todos os trabalhos necessários à realização dos serviços em causa, nos termos do caderno de encargos.

10. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo para a manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A avaliação será feita segundo os seguintes fatores:

- a) Valor da proposta;
- b) Prazo de execução;

A pontuação final (PF) de cada proposta resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$PF = 0,60 \times a + 0,40 \times b$$

Em que:

- a - Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao valor da proposta;
- b - Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao prazo de execução;

A - O 1.º Fator – Valor da proposta

Este fator é valorado até ao limite de 100 pontos, através da seguinte fórmula:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

$$a = \left(1 - \frac{VPr}{VMáx}\right) * 100$$

em que,

$VMáx$ representa o valor máximo a pagar pela entidade adjudicante, que corresponde ao preço base do presente procedimento;

$$VMáx = 56\,600,00\text{€}$$

VPr é o valor proposto para a prestação dos serviços.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede será arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

B - O 2.º Fator – Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao prazo de execução, nos seguintes termos:

Este fator é valorado até ao limite de 100 pontos, através da seguinte fórmula:

$$b = \frac{(PMax - PPr)}{(PMáx - PMin)} * 100$$

em que,

PPr representa o prazo da proposta, objeto de avaliação;

$PMáx$ representa o prazo máximo, em dias, para a execução dos serviços:

$$PMáx = 150 \text{ dias}$$

$PMín$ representa o prazo mínimo, em dias, para a execução dos serviços:

$$PMín = 90 \text{ dias}$$

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede será arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

12. INADMISSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA POR AGRUPAMENTO

Não é permitida a apresentação da proposta por agrupamento, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP.

13. INADMISSIBILIDADE DE ADIANTAMENTOS

Não são admitidos adiantamentos do pagamento do preço contratualmente previsto, por parte da entidade adjudicante ao adjudicatário.

14. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação, conforme a previsão legal do n.º 2 do art.º 115.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

15. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.

16. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. O adjudicatário tem, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, de apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida de acordo com o **Anexo III** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o adjudicatário;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do Registo Comercial ou o código de acesso à certidão permanente da empresa;

16.2 Em caso de deteção de irregularidades constantes dos documentos de habilitação apresentados, o adjudicatário deverá suprimir as mesmas no prazo de cinco dias, sob caducidade da adjudicação.

17 REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato em apreço será reduzido a escrito nos termos dos artigos 94.º a 106.º do CCP.

18 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver especificado no presente convite, aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do RJCPRAA, bem como as do CCP e as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Em Anexo: Anexo I – Modelo de declaração aceitação do caderno de encargos;

Anexo II – Modelo de proposta de preço e prazo;

Anexo III – Modelo de declaração de apresentação dos documentos de habilitação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do ponto 5.1.)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____

b) _____

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 5.1.)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos no prazo de ... (indicar o prazo de execução por extenso)*pelo preço total de ...€ (indicar o valor por extenso)**.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data _____

Assinatura _____

* O prazo de execução proposto não poderá, em caso algum, ser inferior ao prazo mínimo ou exceder o prazo máximo fixado no caderno de encargos.

** O preço total a propor não poderá, em caso algum, exceder o preço base fixado no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO III

(a que se refere a alínea a) do ponto 16.1)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada () não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se foi o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CRIAÇÃO DE MODELO

NORMATIVO PARA A CERTIFICAÇÃO EM TURISMO

SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO

SETOR TURISMO DOS AÇORES

CADERNO DE ENCARGOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Índice

CAPÍTULO I	4
Disposições gerais	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto	4
Cláusula 2. ^a	4
Disposições por que se rege a aquisição de serviços	4
Cláusula 3. ^a	5
Acompanhamento da execução do contrato	5
Cláusula 4. ^a	5
Prazo e início de produção de efeitos	5
CAPÍTULO II	6
Obrigações contratuais	6
Secção I	6
Obrigações da DRT	6
Cláusula 5. ^a	6
Preço base	6
Cláusula 6. ^a	6
Condições de pagamento	6
Secção II	7
Obrigações do cocontratante	7
Cláusula 7. ^a	7
Obrigações principais do cocontratante	7
Cláusula 8. ^a	8
Conformidade da prestação de serviços	8
Cláusula 9. ^a	9
Execução pessoal do contrato	9
Cláusula 10. ^a	9
Cessão da posição contratual e subcontratação	9
Cláusula 11. ^a	9
Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante	9
Cláusula 12. ^a	10



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Relações do cocontratante com a DRT	10
Cláusula 13. ^a	10
Pessoal	10
Cláusula 14. ^a	10
Deveres de informação	10
Cláusula 15. ^a	11
Penalizações	11
Cláusula 16. ^a	11
Patentes, licenças e marcas registadas	11
Cláusula 17. ^a	11
Modificação objetiva do contrato	11
CAPÍTULO III	12
Disposições Finais	12
Cláusula 18. ^a	12
Deveres de colaboração recíproca e informação	12
Cláusula 19. ^a	12
Confidencialidade e proteção de dados pessoais	12
Cláusula 20. ^a	14
Resolução do contrato pela DRT	14
Cláusula 21. ^a	15
Resolução do contrato pelo cocontratante	15
Cláusula 22. ^a	16
Foro competente	16
Cláusula 23. ^a	16
Comunicações e notificações	16
Cláusula 24. ^a	16
Contagem dos prazos	16



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Ajuste Direto n.º 13/DRT/2022 com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores.

Cláusula 2^a

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante.
 - i. Por contraente público, entende-se a Direção Regional do Turismo (DRT).
 - ii. Por cocontratante entende-se a entidade com quem foi contratada a prestação de serviços em referência.
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante abreviadamente designado pelo acrónimo CCP);
 - c) Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprova o (doravante designado pelo acrónimo RJCPRAA);
 - d) A restante legislação portuguesa aqui não citada, mas aplicável nomeadamente relativa a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, Previdência Social, segurança no trabalho;
 - e) Às Regras da arte;

Em tudo o omissso no contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
- a) Os suplementos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.^a

Acompanhamento da execução do contrato

1. O acompanhamento da execução do presente contrato é assegurado pela Direção de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto, da Direção Regional do Turismo.
2. O contraente público designa o gestor do contrato para os efeitos do artigo 290.º-A e da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do CCP.

Cláusula 4.^a

Prazo e início de produção de efeitos

1. O Contrato é celebrado pelo prazo resultante da proposta adjudicada, com o limite mínimo de 90 (noventa) dias e o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, com a qual inicia sua vigência, e abrange todos os trabalhos necessários à realização dos serviços em causa, nos termos do Caderno de Encargos.
- 2- O início da vigência do Contrato é coincidente com o início da prestação efetiva dos serviços objeto do mesmo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

3- O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da DRT

Cláusula 5.^a

Preço base

A aquisição de serviços a contratar tem como parâmetro base quanto ao preço o valor máximo de 56 600,00€ (cinquenta e seis e mil e seiscentos euros) conforme o teor dos artigos 47.º e 473.º, ambos do CCP.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento do encargo total da presente aquisição de serviços é efetuado após a prestação de serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores
2. Para efeitos do cálculo das importâncias a pagar, no âmbito da presente prestação de serviços incluem-se todos os encargos com o pessoal (vencimentos, subsídios, férias, viagens, seguros, habitação, transporte, etc.).
3. O pagamento é efetuado mediante a apresentação de fatura acompanhada pelos elementos justificativos, nomeadamente a indicação dos meios humanos e materiais utilizados.
4. O pagamento é efetuado no prazo máximo de 60 dias após a entrega da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se referem.
5. O pagamento é efetuado de acordo com o seguinte faseamento:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- a) 30% com a aprovação do 1.º Relatório Intermédio de Evolução
 - b) 30% com a aprovação do 2.º Relatório Intermédio de Evolução;
 - c) 40% com a aprovação do Relatório Final de Execução.
6. A DRT deduzirá nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:
- a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;
 - b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
7. Não serão efetuados adiantamentos ao cocontratante.
8. Não serão efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.

Secção II

Obrigações do cocontratante

Cláusula 7ª

Obrigações principais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Adaptação do padrão normativo do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC) ao Galardão Miosótis, traduzindo-se num *upgrade* a este Programa, com o objetivo de obtenção do estatuto de reconhecido ou acreditado, por parte do GSTC;
- b) Assessorar e executar um plano de execução e de comunicação do projeto, mediante a aprovação da Estrutura de Gestão da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (Destination Management Organization, abreviadamente designada por D.M.O.), no âmbito do processo de adaptação do padrão normativo do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC) ao Galardão Miosótis, com elaboração de conteúdos, em inglês e português, para a apresentação, promoção e divulgação do projeto junto dos agentes do setor do Turismo;
- c) Tradução para língua inglesa do padrão normativo do Programa Miosótis para submissão ao GSTC para reconhecimento do Programa;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- d) Apoio e acompanhamento do DMO em eventos para apresentação, divulgação e promoção do novo Programa Miosótis junto dos principais *stakeholders* e entidades da cadeia de valor do turismo;
- e) Realização de ações de qualificação e capacitação de auditores para executar as auditorias de acordo com o modelo normativo desenvolvido;
- f) Desenvolvimento de manual de apoio à utilização da plataforma que será criada no âmbito do Esquema de certificação Miosótis, para as Organizações certificadas, e também para a entidade gestora do programa, com as respetivas ações de capacitação dos utilizadores de *backoffice*;
- g) Assessoria e apoio à conceção, manutenção e gestão da referida plataforma;
- a) Elaboração de dois relatórios de evolução das obrigações constantes da presente cláusula, bem como do relatório de execução/finalização das mesmas, nos seguintes prazos:
 - i. **Elaboração do 1.º Relatório Intermédio:** até ao final dos primeiros 30 dias de execução do contrato, para a execução das obrigações previstas a) e b);
 - ii. **Elaboração do 2.º Relatório Intermédio:** até ao final de metade do prazo de execução do contrato, que demonstre a evolução das obrigações previstas c), d), e) f) e g).
 - iii. **Elaboração do Relatório Final de Execução:** até ao final do prazo de execução do contrato, demonstrativo da execução de todas as obrigações na presente cláusula.

Cláusula 8.^a

Conformidade da prestação de serviços

1. O cocontratante obriga-se a prestar os serviços nas condições indicadas no presente caderno de encargos.
2. Os defeitos ou discrepâncias na execução do contrato que forem verificadas pelo contraente público, assim como as recomendações de melhoria ou de retificação, são comunicadas ao cocontratante, preferencialmente por escrito, sem prejuízo do disposto no número seguinte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

3. Sempre que se verifiquem defeitos ou discrepâncias na execução do contrato, o cocontratante deve comunicá-los de imediato e por escrito ao contraente público.

Cláusula 9.^a

Execução pessoal do contrato

O cocontratante tem o dever de cumprir, de forma exata e pontual, todas obrigações contratuais assumidas, não podendo transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Cláusula 10.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem sempre da autorização da DRT.
2. Para que exista autorização por parte da DRT, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação, constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 318.º do CCP.
3. Quando haja subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante a DRT.

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das obrigações previstas neste caderno de encargos, que deem causa à resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente que, ao abrigo do presente procedimento pré-contratual, seja indicado pela DRT, pela ordem de classificação das propostas, em cumprimento do disposto no artigo 318.º-A do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Cláusula 12.^a

Relações do cocontratante com a DRT

1. O outorgante obriga-se a trabalhar colaborativamente e de forma diligente com a DRTu, a DMO e as demais entidades terceiras indicadas por elas, no âmbito do desenvolvimento e implementação das suas obrigações contratuais.
2. Toda a informação produzida pelo cocontratante não poderá ter outra divulgação senão a prevista neste caderno de encargos, salvo qualquer outra que venha a merecer autorização expressa por parte da DRT, única interlocutora do cocontratante neste processo.
3. Os esclarecimentos de dúvidas, omissões e ambiguidades do presente caderno de encargos são sempre submetidos à aprovação da DRT, pelo cocontratante, antes da sua execução.

Cláusula 13.^a

Pessoal

1. Durante a prestação dos serviços o cocontratante é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto aos serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores.
2. O cocontratante ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

Cláusula 14.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer alteração superveniente das circunstâncias, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez (10) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Cláusula 15.^a

Penalizações

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a DRT pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária nos seguintes termos:
 - a. Até €200 (duzentos euros), por cada dia de atraso no cumprimento das obrigações inerentes ao contrato, para além do prazo definido na cláusula 7.^a;
2. O valor acumulado das penalizações a que se refere o número anterior não pode exceder 20% do valor global do contrato, sob pena de resolução do mesmo, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP.
3. As quantias devidas pelo cocontratante a título de pena pecuniária serão deduzidas pela DRT ao montante dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a DRT exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a DRT venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.^a

Modificação objetiva do contrato

1. A DRT pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.
2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

o contrato pode ser modificado:

- a) quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato;
 - b) por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes; desde que a modificação cumpra os limites constantes do artigo 313.º do CCP.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato nos termos dos artigos 282.º e 314.º, ambos do CCP.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Cláusula 18.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 19.^a

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela DRT ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. O cocontratante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), bem como outra legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, obrigando-se designadamente a:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- a) Não proceder a qualquer tipo de tratamento dos dados pessoais, independentemente do suporte em que os mesmos se encontrem, a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do presente contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela DRT;
- b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela DRT, no âmbito da autorização referida na alínea anterior, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- c) Cumprir licitamente quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a DRT esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- e) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional e de confidencialidade pelas pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais;
- f) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DRT contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores não divulguem informação que venham a ter conhecimento dos recursos físicos implementados nos locais de salvaguarda dos documentos contendo dados pessoais;
- h) Disponibilizar todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações referentes à proteção de dados pessoais, facilitar e contribuir para as auditorias e inspeções, incluindo da própria DRT;
- i) Manter a DRT informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos dos instrumentos de legalização concedidos;

- j) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas na presente cláusula, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e respetiva legislação aplicável.

3. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que a DRT venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.

4. Caso o cocontratante seja autorizado pela DRT a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços objeto do presente contrato, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o prestador de serviços e a entidade subcontratada.

5. Em caso de violação de dados pessoais, será notificado esse facto à Comissão Nacional de Proteção de Dados nos termos e condições previstos na lei.

Cláusula 20.^a

Resolução do contrato pela DRT

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a DRT pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de direção da DRT;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela DRT contrarie o princípio da boa-fé;

- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo cocontratante, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do direito da DRT poder executar as garantias prestadas.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à DRT;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela DRT por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual da DRT, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela DRT de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à DRT, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a DRT cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:

- a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;
- b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471.º do CCP.

De: DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt>
Enviado: 31 de agosto de 2022 15:47
Para: geral@agendaurbana.pt
Assunto: envio ofício saída DRT1131
Anexos: saída DRT1131.pdf; AD_13-DRT-2022_Convite.pdf; AD_13-DRT-2022_Caderno_encargos.pdf

Importância: Alta

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos

Serviços Administrativos



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Direção Regional
do Turismo

Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14
9900-112 Horta
Tel. (+351) 292 200 500



azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/



SustainableAzores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

E-mail
c/ recibo de leitura
geral@agendaurbana.pt

Exma. Gerência
**Agenda Urbana – Estudos e
Consultadoria, Sociedade
Unipessoal, Lda.**
Praça Humberto Delgado, 267 – 1º
Andar, Sala 10
4000-288 Porto,

VOSSA REFERÊNCIA	NOSSA REFERÊNCIA	Nº PROCESSO	DATA
	DRT-SAI/2022/1131	30-8/01	31-08-2022

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”

Exmos. Senhores,

Relativamente ao assunto em epígrafe, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, notificam-se V. Exas. do teor do caderno de encargos e do convite à apresentação de propostas, no âmbito do procedimento por ajuste direto n.º 13/DRT/2022 para a celebração de contrato de AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” tendo a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento sido tomadas por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, datado 30/08/2022.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto



Anexo: Convite e caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022
AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CRIAÇÃO DE MODELO
NORMATIVO PARA A CERTIFICAÇÃO EM TURISMO
SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO
SETOR TURISMO DOS AÇORES

CADERNO DE ENCARGOS



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Índice

CAPÍTULO I.....	4
Disposições gerais.....	4
Cláusula 1. ^a	4
Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a	4
Disposições por que se rege a aquisição de serviços	4
Cláusula 3. ^a	5
Acompanhamento da execução do contrato	5
Cláusula 4. ^a	5
Prazo e início de produção de efeitos	5
CAPÍTULO II	6
Obrigações contratuais	6
Secção I	6
Obrigações da DRT	6
Cláusula 5. ^a	6
Preço base.....	6
Cláusula 6. ^a	6
Condições de pagamento	6
Secção II.....	7
Obrigações do cocontratante	7
Cláusula 7. ^a	7
Obrigações principais do cocontratante	7
Cláusula 8. ^a	8
Conformidade da prestação de serviços	8
Cláusula 9. ^a	9
Execução pessoal do contrato.....	9
Cláusula 10. ^a	9
Cessão da posição contratual e subcontratação	9
Cláusula 11. ^a	9
Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante.....	9
Cláusula 12. ^a	10



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Relações do cocontratante com a DRT	10
Cláusula 13. ^a	10
Pessoal	10
Cláusula 14. ^a	10
Deveres de informação	10
Cláusula 15. ^a	11
Penalizações	11
Cláusula 16. ^a	11
Patentes, licenças e marcas registadas	11
Cláusula 17. ^a	11
Modificação objetiva do contrato	11
CAPÍTULO III	12
Disposições Finais	12
Cláusula 18. ^a	12
Deveres de colaboração recíproca e informação	12
Cláusula 19. ^a	12
Confidencialidade e proteção de dados pessoais	12
Cláusula 20. ^a	14
Resolução do contrato pela DRT	14
Cláusula 21. ^a	15
Resolução do contrato pelo cocontratante	15
Cláusula 22. ^a	16
Foro competente	16
Cláusula 23. ^a	16
Comunicações e notificações	16
Cláusula 24. ^a	16
Contagem dos prazos	16



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

CAPÍTULO I

Disposições gerais

Cláusula 1.^a

Objeto

O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do Ajuste Direto n.º 13/DRT/2022 com vista à celebração de um contrato de aquisição de serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores.

Cláusula 2^a

Disposições por que se rege a aquisição de serviços

1. A execução do contrato obedece:
 - a) Às cláusulas do contrato e ao estabelecido em todos os documentos que dele fazem parte integrante, ou quaisquer aditamentos que venham a ser estabelecidos de comum acordo entre o contraente público e o cocontratante.
 - i. Por contraente público, entende-se a Direção Regional do Turismo (DRT).
 - ii. Por cocontratante entende-se a entidade com quem foi contratada a prestação de serviços em referência.
 - b) Ao Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual (doravante abreviadamente designado pelo acrónimo CCP);
 - c) Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, que aprova o (doravante designado pelo acrónimo RJCPRAA);
 - d) A restante legislação portuguesa aqui não citada, mas aplicável nomeadamente relativa a prejuízos a terceiros, desemprego, trabalho, Previdência Social, segurança no trabalho;
 - e) Às Regras da arte;

Em tudo o omissso no contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

2. Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96.º do CCP:
- a) Os suplementos dos erros e das omissões do presente Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros.

Cláusula 3.^a

Acompanhamento da execução do contrato

1. O acompanhamento da execução do presente contrato é assegurado pela Direção de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto, da Direção Regional do Turismo.
2. O contraente público designa o gestor do contrato para os efeitos do artigo 290.º-A e da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º, ambos do CCP.

Cláusula 4.^a

Prazo e início de produção de efeitos

1. O Contrato é celebrado pelo prazo resultante da proposta adjudicada, com o limite mínimo de 90 (noventa) dias e o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da sua assinatura, com a qual inicia sua vigência, e abrange todos os trabalhos necessários à realização dos serviços em causa, nos termos do Caderno de Encargos.
- 2- O início da vigência do Contrato é coincidente com o início da prestação efetiva dos serviços objeto do mesmo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

3- O Contrato mantém-se em vigor até à conclusão dos serviços em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.

CAPÍTULO II

Obrigações contratuais

Secção I

Obrigações da DRT

Cláusula 5.^a

Preço base

A aquisição de serviços a contratar tem como parâmetro base quanto ao preço o valor máximo de 56 600,00€ (cinquenta e seis e mil e seiscentos euros) conforme o teor dos artigos 47.º e 473.º, ambos do CCP.

Cláusula 6.^a

Condições de pagamento

1. O pagamento do encargo total da presente aquisição de serviços é efetuado após a prestação de serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores
2. Para efeitos do cálculo das importâncias a pagar, no âmbito da presente prestação de serviços incluem-se todos os encargos com o pessoal (vencimentos, subsídios, férias, viagens, seguros, habitação, transporte, etc.).
3. O pagamento é efetuado mediante a apresentação de fatura acompanhada pelos elementos justificativos, nomeadamente a indicação dos meios humanos e materiais utilizados.
4. O pagamento é efetuado no prazo máximo de 60 dias após a entrega da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação a que se referem.
5. O pagamento é efetuado de acordo com o seguinte faseamento:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- a) 30% com a aprovação do 1.º Relatório Intermédio de Evolução
 - b) 30% com a aprovação do 2.º Relatório Intermédio de Evolução;
 - c) 40% com a aprovação do Relatório Final de Execução.
6. A DRT deduzirá nos pagamentos parciais a efetuar ao cocontratante, caso tal se verifique:
- a) As importâncias necessárias à liquidação das multas que lhe forem aplicadas;
 - b) Todas as demais quantias que sejam legalmente exigíveis.
7. Não serão efetuados adiantamentos ao cocontratante.
8. Não serão efetuados pagamentos de prémios ao cocontratante.

Secção II
Obrigações do cocontratante

Cláusula 7ª

Obrigações principais do cocontratante

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:

- a) Adaptação do padrão normativo do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC) ao Galardão Miosótis, traduzindo-se num *upgrade* a este Programa, com o objetivo de obtenção do estatuto de reconhecido ou acreditado, por parte do GSTC;
- b) Assessorar e executar um plano de execução e de comunicação do projeto, mediante a aprovação da Estrutura de Gestão da Sustentabilidade do Destino Turístico Açores (Destination Management Organization, abreviadamente designada por D.M.O.), no âmbito do processo de adaptação do padrão normativo do Conselho Global do Turismo Sustentável (GSTC) ao Galardão Miosótis, com elaboração de conteúdos, em inglês e português, para a apresentação, promoção e divulgação do projeto junto dos agentes do setor do Turismo;
- c) Tradução para língua inglesa do padrão normativo do Programa Miosótis para submissão ao GSTC para reconhecimento do Programa;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- d) Apoio e acompanhamento do DMO em eventos para apresentação, divulgação e promoção do novo Programa Miosótis junto dos principais *stakeholders* e entidades da cadeia de valor do turismo;
- e) Realização de ações de qualificação e capacitação de auditores para executar as auditorias de acordo com o modelo normativo desenvolvido;
- f) Desenvolvimento de manual de apoio à utilização da plataforma que será criada no âmbito do Esquema de certificação Miosótis, para as Organizações certificadas, e também para a entidade gestora do programa, com as respetivas ações de capacitação dos utilizadores de *backoffice*;
- g) Assessoria e apoio à conceção, manutenção e gestão da referida plataforma;
- a) Elaboração de dois relatórios de evolução das obrigações constantes da presente cláusula, bem como do relatório de execução/finalização das mesmas, nos seguintes prazos:
 - i. **Elaboração do 1.º Relatório Intermédio:** até ao final dos primeiros 30 dias de execução do contrato, para a execução das obrigações previstas a) e b);
 - ii. **Elaboração do 2.º Relatório Intermédio:** até ao final de metade do prazo de execução do contrato, que demonstre a evolução das obrigações previstas c), d), e) f) e g).
 - iii. **Elaboração do Relatório Final de Execução:** até ao final do prazo de execução do contrato, demonstrativo da execução de todas as obrigações na presente cláusula.

Cláusula 8.^a

Conformidade da prestação de serviços

1. O cocontratante obriga-se a prestar os serviços nas condições indicadas no presente caderno de encargos.
2. Os defeitos ou discrepâncias na execução do contrato que forem verificadas pelo contraente público, assim como as recomendações de melhoria ou de retificação, são comunicadas ao cocontratante, preferencialmente por escrito, sem prejuízo do disposto no número seguinte.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

3. Sempre que se verifiquem defeitos ou discrepâncias na execução do contrato, o cocontratante deve comunicá-los de imediato e por escrito ao contraente público.

Cláusula 9.^a

Execução pessoal do contrato

O cocontratante tem o dever de cumprir, de forma exata e pontual, todas obrigações contratuais assumidas, não podendo transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

Cláusula 10.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação no decurso da execução do contrato carecem sempre da autorização da DRT.
2. Para que exista autorização por parte da DRT, o cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com todos os documentos comprovativos da verificação dos requisitos que seriam exigíveis para a autorização da cessão e da subcontratação, constantes das alíneas a) e b) do n.º 2 e das alíneas a) e b) do n.º 3 do artigo 318.º do CCP.
3. Quando haja subcontratação, o cocontratante permanece integralmente responsável perante a DRT.

Cláusula 11.^a

Cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante

Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das obrigações previstas neste caderno de encargos, que deem causa à resolução do contrato, o cocontratante cede a sua posição contratual ao concorrente que, ao abrigo do presente procedimento pré-contratual, seja indicado pela DRT, pela ordem de classificação das propostas, em cumprimento do disposto no artigo 318.º-A do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Cláusula 12.^a

Relações do cocontratante com a DRT

1. O outorgante obriga-se a trabalhar colaborativamente e de forma diligente com a DRTu, a DMO e as demais entidades terceiras indicadas por elas, no âmbito do desenvolvimento e implementação das suas obrigações contratuais.
2. Toda a informação produzida pelo cocontratante não poderá ter outra divulgação senão a prevista neste caderno de encargos, salvo qualquer outra que venha a merecer autorização expressa por parte da DRT, única interlocutora do cocontratante neste processo.
3. Os esclarecimentos de dúvidas, omissões e ambiguidades do presente caderno de encargos são sempre submetidos à aprovação da DRT, pelo cocontratante, antes da sua execução.

Cláusula 13.^a

Pessoal

1. Durante a prestação dos serviços o cocontratante é o responsável pelas obrigações relativas ao seu pessoal afeto aos serviços necessários para a criação de modelo normativo para a certificação de sustentabilidade de empresas da cadeia de valor do turismo dos Açores.
2. O cocontratante ficará responsável, relativamente à atividade profissional do seu pessoal, pelo pagamento de todos os encargos sociais legalmente fixados.

Cláusula 14.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer alteração superveniente das circunstâncias, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de dez (10) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Cláusula 15.^a

Penalizações

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a DRT pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária nos seguintes termos:
 - a. Até €200 (duzentos euros), por cada dia de atraso no cumprimento das obrigações inerentes ao contrato, para além do prazo definido na cláusula 7.^a;
2. O valor acumulado das penalizações a que se refere o número anterior não pode exceder 20% do valor global do contrato, sob pena de resolução do mesmo, nos termos dos n.ºs 2 e 3 do artigo 329.º do CCP.
3. As quantias devidas pelo cocontratante a título de pena pecuniária serão deduzidas pela DRT ao montante dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato.
4. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a DRT exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 16.^a

Patentes, licenças e marcas registadas

1. São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a DRT venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o cocontratante indemniza-o de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

Cláusula 17.^a

Modificação objetiva do contrato

1. A DRT pode modificar unilateralmente as cláusulas respeitantes ao conteúdo e ao modo de execução das prestações previstas no contrato por razões de interesse público, com os limites previstos no artigo 313.º do CCP.
2. Por acordo das partes, que não pode revestir forma menos solene que a do contrato,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

o contrato pode ser modificado:

- a) quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberto pelos riscos próprios do contrato;
 - b) por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes; desde que a modificação cumpra os limites constantes do artigo 313.º do CCP.
3. Nos casos previstos nos números anteriores, o cocontratante tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do contrato nos termos dos artigos 282.º e 314.º, ambos do CCP.

CAPÍTULO III

Disposições Finais

Cláusula 18.^a

Deveres de colaboração recíproca e informação

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

Cláusula 19.^a

Confidencialidade e proteção de dados pessoais

1. O cocontratante obriga-se, durante a vigência do contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e ou elementos que lhe hajam sido confiados pela DRT ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do contrato ou por causa dele.
2. O cocontratante obriga-se a cumprir rigorosamente o disposto na Lei de Proteção de Dados Pessoais, no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), bem como outra legislação aplicável em matéria de tratamento de dados pessoais, obrigando-se designadamente a:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

- a) Não proceder a qualquer tipo de tratamento dos dados pessoais, independentemente do suporte em que os mesmos se encontrem, a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pelo contraente público ao abrigo do presente contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito, pela DRT;
- b) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela DRT, no âmbito da autorização referida na alínea anterior, única e exclusivamente para efeitos da prestação dos serviços objeto deste contrato;
- c) Cumprir licitamente quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a DRT esteja vinculada, desde que tais regras lhe sejam previamente comunicadas;
- d) Observar os termos e condições constantes dos instrumentos de legalização respeitantes aos dados tratados;
- e) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional e de confidencialidade pelas pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais;
- f) Pôr em prática as medidas técnicas e de organização necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da DRT contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos dados pessoais;
- g) Assegurar que os seus colaboradores não divulguem informação que venham a ter conhecimento dos recursos físicos implementados nos locais de salvaguarda dos documentos contendo dados pessoais;
- h) Disponibilizar todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações referentes à proteção de dados pessoais, facilitar e contribuir para as auditorias e inspeções, incluindo da própria DRT;
- i) Manter a DRT informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

dados em causa ou que de algum modo possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais ou dos termos dos instrumentos de legalização concedidos;

- j) Assegurar que os seus colaboradores cumpram todas as obrigações previstas na presente cláusula, no Regulamento Geral de Proteção de Dados e respetiva legislação aplicável.

3. O cocontratante será responsável por qualquer prejuízo em que a DRT venha a incorrer em consequência do tratamento de dados pessoais, por parte do mesmo e/ou dos seus colaboradores, em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto no presente contrato.

4. Caso o cocontratante seja autorizado pela DRT a subcontratar outras entidades para a prestação de serviços objeto do presente contrato, o mesmo será o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, devendo a obrigação de cumprimento da presente cláusula constar do contrato a celebrar entre o prestador de serviços e a entidade subcontratada.

5. Em caso de violação de dados pessoais, será notificado esse facto à Comissão Nacional de Proteção de Dados nos termos e condições previstos na lei.

Cláusula 20.^a

Resolução do contrato pela DRT

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, a DRT pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao cocontratante;
- b) Incumprimento, por parte do cocontratante, de ordens, diretivas ou instruções transmitidas no exercício do poder de direção sobre matéria relativa à execução das prestações contratuais;
- c) Oposição reiterada do cocontratante ao exercício dos poderes de direção da DRT;
- d) Cessão da posição contratual ou subcontratação realizadas com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

inobservância dos termos e limites previstos na lei ou no contrato, desde que a exigência pelo cocontratante da manutenção das obrigações assumidas pela DRT contrarie o princípio da boa-fé;

- e) Se o valor acumulado das sanções contratuais com natureza pecuniária exceder o limite previsto no n.º 2 do artigo 329.º do CCP;
- f) Incumprimento pelo cocontratante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;
- g) Não renovação do valor da caução pelo cocontratante, nos casos em que a tal esteja obrigado;
- h) O cocontratante se apresente à insolvência ou esta seja declarada judicialmente;

2. Nos casos previstos no número anterior, havendo lugar a responsabilidade do cocontratante, será o montante respetivo deduzido das quantias devidas, sem prejuízo do direito da DRT poder executar as garantias prestadas.

Cláusula 21.^a

Resolução do contrato pelo cocontratante

1. Sem prejuízo das indemnizações legais e contratuais devidas, o cocontratante pode resolver o contrato nos seguintes casos:

- a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias;
- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável à DRT;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela DRT por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados de conformação da relação contratual da DRT, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela DRT de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

2. No caso previsto na alínea a) do número anterior, apenas há direito de resolução quando esta não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do cocontratante ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença.
3. O direito de resolução é exercido apenas por via judicial.
4. Nos casos previstos na alínea c) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração à DRT, produzindo efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se a DRT cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

Cláusula 22.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 23.^a

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 24.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos contam-se nos seguintes termos:

- a) Na fase da formação do contrato, os prazos são descontínuos, não correndo em sábados, domingos e dias feriados, exceto para a apresentação das propostas, de acordo com o disposto no artigo 470.º do CCP;
- b) Na execução do contrato, os prazos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, de acordo com o disposto no artigo 471.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO
NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL
DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO
DOS AÇORES”**

CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS, APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 18/2008, DE 29 DE
JANEIRO E REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS PÚBLICO NA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES,
APROVADO PELO DECRETO LEGISLATIVO REGIONAL N.º 27/2015/A, DE 29 DE DEZEMBRO

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

Índice

1.	OBJECTO DO CONCURSO.....	3
2.	ENTIDADE ADJUDICANTE	3
3.	ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE CONTRATAR3	
4.	FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO (QUANDO SEJA FEITA AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 24.º A 27.º E 31.º A 33.º, DO CCP).....	3
5.	DOCUMENTOS DA PROPOSTA	3
6.	MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (EM SUPORTE DE PAPEL, DIFERENTE DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO CCP)	4
7.	ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO.....	4
8.	PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS.....	5
9.	PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO	5
10.	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.....	5
11.	CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	5
12.	INADMISSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA POR AGRUPAMENTO6	
13.	INADMISSIBILIDADE DE ADIANTAMENTOS	6
14.	NEGOCIAÇÃO	6
15.	PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO	7
16.	APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	7
17.	REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO	7
18.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.....	7



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

1. OBJECTO DO CONCURSO

A Direção Regional do Turismo, através da Exma. Sra. Diretora Regional do Turismo, convida V. Ex.^a a apresentar proposta, no âmbito do procedimento por **ajuste direto n.º 13/DRT/2022**, ao abrigo do disposto no artigo 38.º, no artigo 112.º, no n.º 1 do artigo 113.º e n.º 1 do artigo 114.º, todos do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (doravante designado pelo acrónimo CCP), bem como na alínea a) do artigo 20.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro (doravante designado pelo acrónimo RJCPRAA), para a **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”**.

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A Direção Regional do Turismo, sita na Rua Comendador Ernesto Rebelo, n.º 14, Apartado 63, 9900-112 Horta, telefone n.º 292 200 500, e-mail: acoresturismo@azores.gov.pt

3. ORGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR E DECISÃO DE CONTRATAR

A decisão de contratar foi tomada por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, datado de 30/08/2022, ao abrigo do disposto no artigo 36.º, n.º 1 do CPP e na alínea e) do n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 38/2021/A, de 23 de dezembro.

4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO AJUSTE DIRECTO (QUANDO SEJA FEITA AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 24.º A 27.º E 31.º A 33.º, DO CCP)

Não é aplicável, uma vez que o presente ajuste directo é realizado nos termos do previsto na alínea a) do artigo 20.º do RJCPRAA.

5. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

5.1 A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o **Anexo I** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes;
- b) Proposta de preço e prazo, de acordo com o **Anexo II** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar os concorrentes;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

5.2 Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos dos atributos da sua proposta que importem à execução do contrato.

5.3 A apresentação de propostas em desconformidade com estipulado no ponto 5.1., será excluída nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

6. MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA (EM SUPORTE DE PAPEL, DIFERENTE DO DISPOSTO NO N.º 1 DO ARTIGO 62.º DO CCP)

6.1. A proposta deve ser formalizada por escrito, redigida em língua portuguesa, assinada pelo representante da empresa com poderes para o acto, e apresentada em suporte informático, através do endereço de correio eletrónico acoresturismo@azores.gov.pt

6.2. Os documentos que constituem a proposta devem ser remetidos, juntamente com a proposta, para o endereço eletrónico previsto no ponto anterior, devendo ser indicado no assunto a referência a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”.

7. ESCLARECIMENTOS E RETIFICAÇÕES DAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

7.1 Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento são apresentados à Diretora Regional do Turismo, os quais devem ser solicitados, por escrito, e pelos meios indicados acima, dentro do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

7.2 Os esclarecimentos serão prestados, por escrito, pela Diretora Regional do Turismo, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação da proposta.

7.3 No prazo referido no ponto 7.1, o interessado pode apresentar à Diretora Regional do Turismo uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos do artigo 50.º do CCP.

7.4 No prazo referido no ponto 7.2 a Diretora Regional do Turismo pronuncia-se sobre a lista de erros e omissões apresentada, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ela expressamente aceites, podendo ainda, no mesmo prazo, proceder à retificação das peças do procedimento.

7.5 A Diretora Regional do Turismo deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto ponto anterior.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

7.6 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados, em suporte informático, até às 23h59m (hora dos Açores) do 12.º dia, a contar do envio do presente Convite, para o endereço eletrónico acoresturismo@azores.gov.pt

9. PREÇO BASE E PRAZO DE EXECUÇÃO

9.1 A entidade convidada apresentará um preço para a aquisição de serviços até € 56 600,00 (cinquenta e seis e mil e seiscentos euros) nos termos do artigo 47.º do CCP, devendo ser indicado em algarismos e não incluir o IVA (n.º 1 do artigo 60.º do CCP).

9.2 2- O prazo da execução tem o limite mínimo de 90 (noventa) dias e o limite máximo de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data de assinatura do contrato e abrange todos os trabalhos necessários à realização dos serviços em causa, nos termos do caderno de encargos.

10. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo para a manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

11. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

A avaliação será feita segundo os seguintes fatores:

- a) Valor da proposta;
- b) Prazo de execução;

A pontuação final (PF) de cada proposta resultará da aplicação da seguinte fórmula:

$$PF = 0,60 \times a + 0,40 \times b$$

Em que:

- a - Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao valor da proposta;
- b - Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao prazo de execução;

A - O 1.º Fator – Valor da proposta

Este fator é valorado até ao limite de 100 pontos, através da seguinte fórmula:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

$$a = \left(1 - \frac{VPr}{VMáx}\right) * 100$$

em que,

$VMáx$ representa o valor máximo a pagar pela entidade adjudicante, que corresponde ao preço base do presente procedimento;

$$VMáx = 56\,600,00\text{€}$$

VPr é o valor proposto para a prestação dos serviços.

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede será arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

B - O 2.º Fator – Pontuação atribuída ao abrigo do fator relativo ao prazo de execução, nos seguintes termos:

Este fator é valorado até ao limite de 100 pontos, através da seguinte fórmula:

$$b = \frac{(PMax - PPr)}{(PMax - PMin)} * 100$$

em que,

PPr representa o prazo da proposta, objeto de avaliação;

$PMáx$ representa o prazo máximo, em dias, para a execução dos serviços:

$$PMáx = 150 \text{ dias}$$

$PMín$ representa o prazo mínimo, em dias, para a execução dos serviços:

$$PMín = 90 \text{ dias}$$

A pontuação obtida pela aplicação da fórmula que antecede será arredondada, por defeito ou por excesso, à centésima.

12. INADMISSIBILIDADE DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA POR AGRUPAMENTO

Não é permitida a apresentação da proposta por agrupamento, em conformidade com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 117.º do CCP.

13. INADMISSIBILIDADE DE ADIANTAMENTOS

Não são admitidos adiantamentos do pagamento do preço contratualmente previsto, por parte da entidade adjudicante ao adjudicatário.

14. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objecto de negociação, conforme a previsão legal do n.º 2 do art.º 115.º do CCP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

15. PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO

Não é exigida a prestação de caução, nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 43.º do RJCPRAA.

16. APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1. O adjudicatário tem, no prazo de 5 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, de apresentar os seguintes documentos de habilitação:

- a) Declaração emitida de acordo com o **Anexo III** ao presente Convite, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o adjudicatário;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do CCP;
- c) Certidão do Registo Comercial ou o código de acesso à certidão permanente da empresa;

16.2 Em caso de deteção de irregularidades constantes dos documentos de habilitação apresentados, o adjudicatário deverá suprimir as mesmas no prazo de cinco dias, sob caducidade da adjudicação.

17 REDUÇÃO DO CONTRATO A ESCRITO

O contrato em apreço será reduzido a escrito nos termos dos artigos 94.º a 106.º do CCP.

18 LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que não estiver especificado no presente convite, aplica-se, subsidiariamente, as disposições constantes do RJCPRAA, bem como as do CCP e as disposições legislativas e regulamentares aplicáveis.

Em Anexo: Anexo I – Modelo de declaração aceitação do caderno de encargos;

Anexo II – Modelo de proposta de preço e prazo;

Anexo III – Modelo de declaração de apresentação dos documentos de habilitação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do ponto 5.1.)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____

b) _____

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO II

MODELO DA PROPOSTA

(a que se refere a alínea b) do ponto 5.1.)

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos no prazo de ... (indicar o prazo de execução por extenso)*pelo preço total de ...€ (indicar o valor por extenso)**.

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Data _____

Assinatura _____

* O prazo de execução proposto não poderá, em caso algum, ser inferior ao prazo mínimo ou exceder o prazo máximo fixado no caderno de encargos.

** O preço total a propor não poderá, em caso algum, exceder o preço base fixado no caderno de encargos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

ANEXO III

(a que se refere a alínea a) do ponto 16.1)

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada () não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

_____ (local), _____ (data), _____ [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se foi o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

De: DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt>
Enviado: 31 de agosto de 2022 15:48
Para: @centraldeinformacao.pt
Assunto: envio ofício saída DRT1132
Anexos: saída DRT1132.pdf; AD_13-DRT-2022_Convite.pdf; AD_13-DRT-2022_Caderno_encargos.pdf

Importância: Alta

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos

Serviços Administrativos



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Direção Regional
do Turismo

Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14
9900-112 Horta
Tel. (+351) 292 200 500



azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/



SustainableAzores





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

E-mail
c/ recibo de leitura
@centraldeinformacao.pt

Exma. Gerência
**CDICEP – Central de Informação,
Comunicação, Eventos e
Publicações, Lda.**
Av. Da Boavista, 1773 B 3º
4100-133 Porto

VOSSA REFERÊNCIA	NOSSA REFERÊNCIA	Nº PROCESSO	DATA
	DRT-SAI/2022/1132	30-8/01	31-08-2022

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”

Exmos. Senhores,

Relativamente ao assunto em epígrafe, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, notificam-se V. Exas. do teor do caderno de encargos e do convite à apresentação de propostas, no âmbito do procedimento por ajuste direto n.º 13/DRT/2022 para a celebração de contrato de AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” tendo a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento sido tomadas por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, datado 30/08/2022.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto

Assinado por: **GRACINDA DA CONCEIÇÃO SERPA
DE SOUSA**
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2022.08.31 13:45:53+00'00'



CARTÃO DE CIDADÃO
• • • •

Anexo: Convite e caderno de encargos.

De: DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt>
Enviado: 31 de agosto de 2022 15:50
Para: @opium.pt
Assunto: envio ofício saída DRT1133
Anexos: saída DRT1133.pdf; AD_13-DRT-2022_Convite.pdf; AD_13-DRT-2022_Caderno_encargos.pdf

Importância: Alta

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos

Serviços Administrativos



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Direção Regional
do Turismo

Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14
9900-112 Horta
Tel. (+351) 292 200 500



azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/



SustainableAzores





REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

E-mail
c/ recibo de leitura
@opium.pt

Exma. Gerência
OPIUM, Lda.
Rua Cândido dos Reis, 46 – 2º Dto

4050-151 Porto

VOSSA REFERÊNCIA	NOSSA REFERÊNCIA	Nº PROCESSO	DATA
	DRT-SAI/2022/1133	30-8/01	31-08-2022

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”

Exmos. Senhores,

Relativamente ao assunto em epígrafe, nos termos e para os efeitos do n.º 4 do artigo 115.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, notificam-se V. Exas. do teor do caderno de encargos e do convite à apresentação de propostas, no âmbito do procedimento por ajuste direto n.º 13/DRT/2022 para a celebração de contrato de AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” tendo a decisão de contratar e a decisão de escolha do procedimento sido tomadas por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, datado 30/08/2022.

Com os melhores cumprimentos,

A Diretora de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto

Assinado por: **GRACINDA DA CONCEIÇÃO SERPA**
DE SOUSA
Num. de Identificação: [REDACTED]
Data: 2022.08.31 13:48:25+00'00'



Anexo: Convite e caderno de encargos.

De: Rodrigo Viana de Freitas @centraldeinformacao.pt>
Enviado: 8 de setembro de 2022 11:59
Para: DRT_Expediente
Assunto: Re: envio ofício saída DRT1132

ATENÇÃO: Este email tem origem fora do domínio do Governo Regional dos Açores. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e tenha a certeza de que o seu conteúdo é seguro.

Boa tarde,

Antes de mais agradecemos o contacto. Contudo, e devido ao elevado número de projetos em curso não temos capacidade para responder positivamente.

Ficamos disponíveis para futuras oportunidades.

Cumprimentos,

Rodrigo Viana de Freitas
Direção-Geral



central
DE INFORMAÇÃO

15
YEARS

Lisboa Ed. Amoreiras Square
R. Carlos Alberto Mota Pinto 17, 3ºA
1070-313 Lisboa - Portugal

Porto Ed. Centro Burgo
Av. da Boavista 1773 B, 3º
4100-133 Porto - Portugal

número de
707 201 007
centraldein

EVENTS

COMMUNICATION

DESIGN & PUBLISHING

DIGITAL

improve your repu



De: DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt>
Data: quarta-feira, 31 de agosto de 2022, 16:48
Para: Rodrigo Freitas <@centraldeinformacao.pt>
Assunto: envio ofício saída DRT1132

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos

Serviços Administrativos



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Direção Regional
do Turismo

Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14
9900-112 Horta
Tel. (+351) 292 200 500



azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/



SustainableAzores

De: Carlos Martins @opium.pt>
Enviado: 4 de setembro de 2022 15:22
Para: DRT_Expediente
Assunto: Re: envio ofício saída DRT1133

Importância: Alta

ATENÇÃO: Este email tem origem fora do domínio do Governo Regional dos Açores. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e tenha a certeza de que o seu conteúdo é seguro.

Muito boa tarde.

Acusamos a recepção do convite, que muito agradecemos.

No entanto, por falta de recursos técnicos, não estamos em condições de participar no procedimento.

Melhores cumprimentos

—
Carlos Martins

LinkedIn | [carlosmartinspt](#)

No dia 31/08/2022, às 18:50, DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt> escreveu:

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Com os melhores cumprimentos

Serviços Administrativos

<image001.jpg>

<saída DRT1133.pdf><AD_13-DRT-2022_Convite.pdf><AD_13-DRT-2022_Caderno_encargos.pdf>

De: acoresturismo@azores.gov.pt
Enviado: 7 de setembro de 2022 17:35
Para: DRT_Expediente
Assunto: FW: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SU DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES".
Anexos: ANEXO II_signed.pdf; ANEXO I_signed.pdf
Importância: Alta

Favor anexar á respetiva dist.

Com os melhores cumprimentos,
With our best regards,

Maria Leonor Santimano
Técnica Superior

Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Direção Regional do Turismo

Tel. (+351) 292 20 05 00 | VOIP: 570522
Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14 | 9900-112 Horta | Faial – Açores
Portal.azores.gov.pt (DRTu) | sustainable.azores.gov.pt



GOVERNO
DOS AÇORES



 Por favor leve o meio ambiente em consideração antes de imprimir este e-mail!

AVISO DE CONFIDENCIALIDADE: O conteúdo desta mensagem e de todos os ficheiros, caso existam, são confidenciais e destinados apenas à(s) pessoa(s) ou entidade(s) acima referida(s), podendo conter informação privilegiada. É estritamente interdito: a publicação, distribuição, impressão, uso ou cópia não autorizada da mensagem ou dos seus anexos. Se recebeu esta mensagem por engano, por favor avise-nos de imediato, por correio eletrónico, para o endereço acima e apague este e-mail do seu sistema. Obrigado pela sua colaboração

De: alvaro.santos@agendaurbana.pt <alvaro.santos@agendaurbana.pt>
Enviada: 7 de setembro de 2022 15:09
Para: acoresturismo@azores.gov.pt
Assunto: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES".
Importância: Alta

ATENÇÃO: Este email tem origem fora do domínio do Governo Regional dos Açores. Por favor, não clique em links nem abra anexos, a não ser que conheça o remetente e tenha a certeza de que o seu conteúdo é seguro.

Exmos. Senhores
Direção Regional do Turismo
Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas
Região Autónoma dos Açores

Em resposta ao vosso convite para o procedimento de Ajuste Direto N.º 13/DRT/2022 - "AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES", junto enviamos a nossa proposta.

Agradecemos a atenção e apresentamos os melhores cumprimentos,

Álvaro Santos

PhD, Engenheiro Civil, Sócio-Gerente

(+351) 918 612 112
@agendaurbana.pt



www.agendaurbana.pt

AGENDA URBANA - Estudos e Consultoria, Lda

Praça General Humberto Delgado, 267 - 2º Andar, Sala 1
4000-288 PORTO

ANEXO 1

[a que se refere a alínea a) do ponto 5.1.]

1 - **Álvaro Manuel Reis Santos**, portador do cartão do cidadão n.º [REDACTED], válido até [REDACTED], com o domicílio profissional na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, na cidade do Porto, na qualidade de representante legal e com poderes para o ato da sociedade **Agenda Urbana, Estudos e Consultoria, Sociedade Unipessoal, Lda.**, com o número de identificação fiscal 514 728 310, com sede na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, na cidade do Porto, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES"**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) ANEXO II - Proposta

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do

artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Porto, 7 de setembro de 2022

O Sócio-Gerente



(Doutor Eng.º Álvaro Santos)

ANEXO II - PROPOSTA

Álvaro Manuel Reis Santos, portador do cartão do cidadão n.º [REDACTED] válido até [REDACTED] com o domicílio profissional na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, na cidade do Porto, na qualidade de representante legal e com poderes para o ato da sociedade **Agenda Urbana, Estudos e Consultoria, Sociedade Unipessoal, Lda.**, com o número de identificação fiscal 514 728 310, com sede na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, na cidade do Porto, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento para **"AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES"**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias pelo preço total de 56.600€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros).

À quantia supramencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Porto, 7 de setembro de 2022

O Sócio-Gerente



(Doutor Eng.º Álvaro Santos)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

PARECER

DESPACHO

Informação n.º: INT-DRT/2022/659

Data: 20/09/2022

Distribuição: SGC 350/2022/2640

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” – PROPOSTA DE ADJUDICAÇÃO

Exma. Sra. Diretora Regional do Turismo,

Considerando que cabem à Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas as competências em matéria de turismo nos termos da alínea a) do artigo 15.º do Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2022/A, de 29 de abril.

Considerando ainda que incumbe à Direção Regional do Turismo a competência para “assegurar o aproveitamento e a preservação dos recursos turísticos da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente a realização de estudos de ordenamento físico-turístico de áreas consideradas de interesse prioritário, visando a correta gestão e enquadramento sustentável dos equipamentos e



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRURAS DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

fluxos turísticos a implantar nessas áreas, em articulação com os departamentos do Governo Regional competentes”, nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 21.º do Anexo I ao Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2022/A, de 5 de setembro.

Considerando que, no âmbito da definição da política regional do turismo, com vista à consolidação de um modelo de turismo sustentável, urge desenvolver processo de criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores.

Considerando que, por despacho da Diretora Regional do Turismo, datado de 30 de agosto de 2022, foi aprovada a decisão de contratar, bem como a abertura de um procedimento de ajuste direto para a celebração de um contrato para a aquisição de serviços para desenvolver o processo de criação de modelo normativo para certificação em turismo sustentável de empresas da cadeia de valor do sector do turismo dos Açores.

1. Do procedimento de ajuste direto

Face ao estabelecido no artigo 112.º, no n.º 1 do artigo 113.º e no n.º 1 do artigo 114.º, todos do CCP, bem como do artigo 44.º, todos do RJCPRAA, foram convidadas em 31 de agosto de 2022, a apresentar proposta as seguintes empresas:

- **CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda.** com sede na Av. Da Boavista, 1773 B 3º 4100-133 Porto, pessoa coletiva n.º 506887928, telefone 226098900, e-mail rodrigofreitas@centraldeinformacao.pt
- **OPIUM, Lda.** com sede na Rua Cândido dos Reis, 46 – 2º Dtº. 4050-151 Porto, pessoa coletiva n.º 507727100, telefone 226082703, e-mail: carlos.matins@opium.pt
- **Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda.** com sede na Praça Humberto Delgado, 267 – 1º Andar, Sala 10, 4000-288 Porto, pessoa coletiva n.º 514728310, telefone 918612112, e-mail: geral@agendaurbana.pt

2. Esclarecimentos sobre as proposta e esclarecimentos e retificações das peças do procedimento

Não houve lugar a esclarecimentos sobre a proposta nem esclarecimentos e retificações das peças do procedimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

3. Negociações

Não houve lugar a negociações.

4. Análise da proposta

4.1. Foi apenas apresentada uma proposta, dentro do prazo indicado no ponto 8. a 7 de setembro de 2022, pela empresa **Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda.** As empresas **CDICEP – Central de Informação, Comunicação, Eventos e Publicações, Lda.** e **OPIUM, Lda.** não apresentaram proposta, tendo comunicado por e-mail a sua indisponibilidade para o efeito.

4.1. Procedeu-se à análise da proposta apresentada, tendo-se averiguado os seguintes aspetos:

- a. Documentos entregues de acordo com o ponto 5 do Convite.
- b. Cumprimento com o artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
- c. O concorrente apresentou formalmente toda a documentação exigida pelo convite:

Convite	Documento	Verificação
Alínea a) do ponto 5.1	Anexo I	Entregue
Alínea b) do ponto 5.1	Anexo II	Entregue

4.2. A proposta foi tempestivamente apresentada.

4.3. A proposta foi apresentada individualmente pela convidada **Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda.**, estando os documentos devidamente assinados eletronicamente, com a assinatura eletrónica do seu representante Álvaro Manuel Reis Santos com poderes para obrigar a sociedade.

4.4. O proponente apresenta uma proposta no valor global de 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros).

4.5. A proposta cumpre integralmente com o definido nas peças do procedimento encontra-se instruída com os documentos exigidos.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRURAS
DIREÇÃO REGIONAL DO TURISMO

4.6. O enquadramento orçamental é suportado por conta de verbas inscritas Capítulo 50, do Programa 12, Medida 10 – Transportes Turismo, Projeto 10.6 – Sustentabilidade do destino turístico, Ação 10.6.1. Desenvolvimento da política de turismo, com a classificação económica 02.02.20. A este encargo financeiro revela-se necessário proceder-se ao compromisso de anos futuros para 2023

5. Contrato

Tendo em conta o preço contratual e nos termos do disposto no artigo 41.º do RJCPRAA, é exigível a redução do contrato a escrito.

6. Conclusões

Face ao acima exposto, propõe-se o seguinte:

6.1. A adjudicação da **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”** à **Agenda Urbana – Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda.**, pelo preço de 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, que corresponde ao valor máximo que a entidade adjudicante se dispõe a contratar, pelo prazo de execução de 120 dias;

6.2. A aprovação da minuta do contrato, nos termos do artigo 98.º do CCP.

À superior consideração de V. Ex.ª

A Técnica Superior

Paula Sequeira



Anexo: Minuta do contrato

Etapla nº: 31Categoria de
Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Enviada

Operações Efetuadas: Aceite em 20/09/2022 às 13:47 por Gracinda CS. Sousa
Enviada em 20/09/2022 às 13:52 por Gracinda CS. Sousa

Fase:

Interveniente: _DRT-DiretorServiçosITEVP

Executante: Gracinda CS. Sousa

Instância: SGC0350

Data de Leitura: 20/09/2022 13:47:52

Envio: 20/09/2022 13:52:26

Divulgada: sim

Assinada: não

Documentos:

Cópias Para:

Despacho/Informação: Sra. Diretora Regional,

Conforme teor da informação em anexo à etapa 30, propõe-se a V. Exa. a adjudicação da presente aquisição de serviços à empresa Agenda Urbana, Lda., pelo preço de 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de 120 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 125.º do CCP, bem como a aprovação da minuta do contrato, nos termos do artigo 98.º do CCP.

À Consideração Superior,

Gracinda Sousa.

Etapla nº: 32Categoria de
Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Devolvida

Operações Efetuadas: Aceite em 22/09/2022 às 17:22 por Rosa MCM. Costa
em 22/09/2022 às 17:23 por Rosa MCM. Costa

Fase:

Interveniente: _DRT-Director

Executante: Rosa MCM. Costa

Instância: SGC0350

Data de Leitura: 22/09/2022 17:22:07

Envio: 22/09/2022 17:23:22

Divulgada: sim

Assinada: não

Documentos:

Cópias Para:

Despacho/Informação: Adjudico e aprovo a minuta do contrato nos termos propostos.

De: DRT_Expediente <DRT_Expediente@azores.gov.pt>
Enviado: 27 de setembro de 2022 15:45
Para: geral@agendaurbana.pt
Assunto: envio ofício saída DRT1257
Anexos: saída DRT1257.pdf; MINUTA+CONTRATO.pdf

Importância: Alta

Exmo.(s) Sr.(s),

Segue em anexo ofício referente ao assunto acima mencionado, solicitando a confirmação de receção do presente e-mail.

Melhores cumprimentos

Serviços Administrativos



**GOVERNO
DOS AÇORES**

Direção Regional
do Turismo

Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14
9900-112 Horta
Tel. (+351) 292 200 500



azores.gov.pt/Portal/pt/entidades/sreat-drturismo/



SustainableAzores



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

E-mail
c/ recibo de leitura

geral@agendaurbana.pt

Exma. Gerência
Agenda Urbana – Estudos e
Consultadoria, Sociedade Unipessoal,
Lda.
Praça Humberto Delgado, 267 – 1º
Andar, Sala 10
4000-288 Porto

VOSSA REFERÊNCIA	NOSSA REFERÊNCIA	Nº PROCESSO	DATA
	DRT-SAI/2022/1257	30-8/01	27-09-2022

ASSUNTO: AJUSTE DIRETO N.º 13/DRT/2022 PARA A “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES” – Notificação da adjudicação

Exmos. Senhores,

Nos termos do artigo 77.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua versão atual, fica V. Exa. devidamente notificada que, por despacho da Sra. Diretora Regional do Turismo, de 22 de setembro de 2022, foi adjudicada a essa empresa, o procedimento por ajuste direto n.º 13/DRT/2022 para a “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, pelo preço máximo de € 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, e nas demais condições da proposta adjudicada e do respetivo Caderno de Encargos.

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP, notifica-se V. Exa. para, no **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, a contar da presente notificação, apresentar os documentos de habilitação constantes do ponto 12 do Convite, nomeadamente:

1. Declaração emitida conforme o Anexo III do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, na sua versão atual, assinada pela pessoa ou pelas pessoas com poderes para obrigar o concorrente (n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA);
2. Documento comprovativo de que a sua situação se encontra regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

3. Documento comprovativo de que a sua situação se encontra regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
4. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, da empresa e todos os titulares dos órgãos sociais de administração, que se encontrem em efetividade de funções.

Nos termos do artigo 100.º, conjugado com a alínea d) do n.º 2 do artigo 77.º, ambos do CCP, remete-se a minuta do contrato, devendo V. Exas., querendo, pronunciar-se quanto à mesma, no prazo de 2 (dois) dias úteis, nos termos legais, findo o qual, a mesma se considerará aprovada.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora de Serviços

Em anexo: minuta do contrato



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS**
Direção Regional do Turismo

MINUTA DO CONTRATO N.º 12/DRT/2022

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA
CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE
VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”**

ENTRE

PRIMEIRO: Rosa Maria Carreiro Machado Costa, com domicílio profissional na Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14, 9900-112 Horta, titular do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil [REDACTED] válido até [REDACTED], exercendo o cargo de Diretora Regional do Turismo, outorga em nome e em representação da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Direção Regional do Turismo, pessoa coletiva com o número 672.002.604, adiante designado por PRIMEIRO OUTORGANTE,

E

SEGUNDO: Álvaro Manuel Reis Santos, titular do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil [REDACTED] válido até [REDACTED] em nome e representação da Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., pessoa coletiva n.º 514728310, com sede na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, 4000-288 Porto, na qualidade de representante legal da sociedade, com poderes bastantes para a realização deste ato, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE.

É celebrado o presente contrato, em suporte informático, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, adiante designado por CCP, que a Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional do Turismo, outorga, após a realização de procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 14.º, da alínea a) do artigo 20.º, e artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, com o SEGUNDO OUTORGANTE, para a execução da aquisição de serviços de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”**, nas condições das cláusulas seguintes:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços ao PRIMEIRO OUTORGANTE por parte do SEGUNDO OUTORGANTE de apoio na definição da estratégia de execução, promoção e comunicação de ações de capacitação para sustentabilidade das entidades públicas e privadas da Região Autónoma dos Açores no seu alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, em conformidade com a proposta apresentada, com o convite formulado e com o caderno de encargos, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os trabalhos objeto do presente contrato ocorrem no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato, conforme previsto na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos patenteado no procedimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: 1. O encargo financeiro com o presente contrato é de € 56 600,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos euros) que corresponde ao preço, nos termos da proposta do SEGUNDO OUTORGANTE, e que faz parte integrante do presente contrato, ao qual acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA – à taxa legal em vigor.

2. O enquadramento orçamental é suportado por conta de verbas inscritas Capítulo 50, do Programa 12, Medida 10 – Transportes Turismo, Projeto 10.6 – Sustentabilidade do destino turístico, Ação 10.6.1. Desenvolvimento da política de turismo, com a classificação económica 02.02.20.

3. A este encargo financeiro foi atribuído o número de compromisso de anos futuros 1090000025, para 2023

4. A assunção de encargos plurianuais se encontra devidamente autorizada por despacho de Sua Exa. o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública datado de 17/08/2022.

CLÁUSULA QUARTA: Os pagamentos ao SEGUNDO OUTORGANTE dos trabalhos objeto do presente contrato são liquidados de acordo com o estabelecido na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos patenteado no Ajuste Direto, e atentas as disposições legais que regulam a realização e processamento de despesas na Administração Pública.

CLÁUSULA QUINTA: Por despacho da Diretora Regional do Turismo, de 30/08/2022 foi nomeado a Dra. Gracinda Sousa, na qualidade de Diretora de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto, como gestora do presente contrato.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

CLÁUSULA SEXTA: O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços, objeto do presente contrato, os meios humanos, materiais, informáticos e outros que reputar por necessários e adequados, garantindo que o trabalho a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observa todas as normas legais e regulamentares aplicáveis

CLÁUSULA SETIMA: 1. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a contratar todos os seguros exigíveis por lei para o exercício da presente prestação de serviços, de acordo com o disposto no Caderno de Encargos.

2. As apólices referidas no número anterior devem manter-se válidas até à conclusão dos serviços contratualizados, devendo ser apresentadas ao PRIMEIRO OUTORGANTE, sempre que solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA: Em tudo o que estiver omissa no presente contrato aplica-se o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como a restante legislação aplicável, considerando-se integrados no presente contrato o Convite, o Caderno de Encargos, os restantes elementos patenteados, a Proposta do SEGUNDO OUTORGANTE e quaisquer outros documentos que sejam mencionados neste Contrato ou no Caderno de Encargos.

CLÁUSULA NONA: Para qualquer questão emergente do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

CLÁUSULA DÉCIMA: 1. O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura sendo dado cumprimento ao disposto no artigo 127.º do CCP.

2. O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/87, de 26 de agosto, na sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: 1. O SEGUNDO OUTORGANTE apresentou cópia da certidão emitida pelo Serviço da Segurança Social Direta, datada de/...../2022 comprovativa da situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, e cópia da certidão emitida pelo Serviço de Finanças, datada de/...../2022 comprovativa da sua situação contributiva regularizada perante a Fazenda Nacional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS
Direção Regional do Turismo

2. O SEGUNDO OUTORGANTE apresentou a documentação prevista no artigo 81.º e nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e no ponto 16 do Convite.

3. Por despacho de 22/09/2022, da Sra. Diretora Regional do Turismo, foi aprovada a minuta do presente contrato e autorizada a sua celebração.

4. Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

O presente contrato vai ser elaborado numa via, partilhada pelos outorgantes.

PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDO OUTORGANTE

Etapla nº: 31Categoria de
Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Enviada

Operações Efetuadas: Aceite em 20/09/2022 às 13:47 por Gracinda CS. Sousa
Enviada em 20/09/2022 às 13:52 por Gracinda CS. Sousa

Fase:

Interveniente: _DRT-DiretorServiçosITEVP

Executante: Gracinda CS. Sousa

Instância: SGC0350

Data de Leitura: 20/09/2022 13:47:52

Envio: 20/09/2022 13:52:26

Divulgada: sim

Assinada: não

Documentos:

Cópias Para:

Despacho/Informação: Sra. Diretora Regional,

Conforme teor da informação em anexo à etapa 30, propõe-se a V. Exa. a adjudicação da presente aquisição de serviços à empresa Agenda Urbana, Lda., pelo preço de 56.600,00€ (cinquenta e seis mil e seiscentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo prazo de execução de 120 dias, nos termos do n.º 1 do artigo 125.º do CCP, bem como a aprovação da minuta do contrato, nos termos do artigo 98.º do CCP.

À Consideração Superior,

Gracinda Sousa.

Etapla nº: 32Categoria de
Credenciação:

Nome:

Descrição:

Percurso:

Estado: Devolvida

Operações Efetuadas: Aceite em 22/09/2022 às 17:22 por Rosa MCM. Costa
em 22/09/2022 às 17:23 por Rosa MCM. Costa

Fase:

Interveniente: _DRT-Director

Executante: Rosa MCM. Costa

Instância: SGC0350

Data de Leitura: 22/09/2022 17:22:07

Envio: 22/09/2022 17:23:22

Divulgada: sim

Assinada: não

Documentos:

Cópias Para:

Despacho/Informação: Adjudico e aprovo a minuta do contrato nos termos propostos.

CERTIDÃO

Maria Delfina de Jesus Sequeira Linhas, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de PORTO-5.

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 27 de Setembro de 2022.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: AGENDA URBANA - ESTUDOS E CONSULTORIA SOCIEDADE UNIPessoal LDA

NIF: 514728310

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 514728310

Cód. Validação: 

O Chefe de Finanças,



(Maria Delfina de Jesus Sequeira Linhas)



CERTIFICADO DO REGISTO CRIMINAL
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

BALCÃO ELETRÓNICO

DENOMINAÇÃO (NAME OF THE LEGAL PERSON): AGENDA URBANA - ESTUDOS E CONSULTORIA, SOCIEDADE UNIPessoal LDA

SEDE SOCIAL (HEAD OFFICE): CEDOFEITA, ILDEFONSO, SÉ, MIRAGAIA, NICOLAU, VITÓRIA * PORTO

DATA DE CONSTITUIÇÃO (ESTABLISHING DATE): 2018/03/13

NIPC (LEGAL PERSON IDENTIFICATION NUMBER): 514728310

CÓDIGO DE ACESSO PEDIDO POR REPRESENTANTE LEGAL DA PESSOA COLETIVA (ACCESS CODE REQUESTED BY LEGAL PERSON'S LEGAL REPRESENTATIVE)

FIM A QUE SE DESTINA O CERTIFICADO (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

INFORMAÇÃO SOBRE O TITULAR DO REGISTO EM (INFORMATION OF THE ABOVE-MENTIONED PERSON AT): 2022/08/07 07:56:35

*
*
* **NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA COLETIVA ACIMA IDENTIFICADA** *
* (NO CONVICTIONS) *
*
*
*
*
*

CÓDIGO DE ACESSO (ACCESS CODE) :

CÓDIGO VIGENTE ATÉ (ACCESS CODE VALID UNTIL): 2022/11/05

O CÓDIGO DE ACESSO PERMITE OBTER CERTIFICADO ATUALIZADO DA MESMA PESSOA E PARA A MESMA FINALIDADE À DATA E HORA DA EMISSÃO EM:
<https://registocriminal.justica.gov.pt> (nos termos do disposto nos artigos 15º a 19º do Decreto-Lei nº 171/2015, de 25/8)

THE ACCESS CODE ALLOWS TO ACCÉED TO ACTUAL INFORMATION OF SAME PERSON AND FOR SAME PURPOSE ON DATE AND TIME OF ISSUE AT: <https://registocriminal.justica.gov.pt>
(according articles 15th to 19th of Decree-Law 171/2015, of 25/8)



CERTIFICADO DO REGISTO CRIMINAL
(CERTIFICATE OF CRIMINAL RECORD)

BALCÃO ELETRÓNICO

NOME (NAME): ÁLVARO MANUEL REIS SANTOS

NATURAL DA FREG. (PLACE OF BIRTH): [REDACTED]

CONCELHO DE (TOWN OF BIRTH): [REDACTED]

DATA DE NASCIMENTO (DATE OF BIRTH): [REDACTED]

NACIONALIDADE (NATIONALITY): [REDACTED]

Nº CARTÃO DE CIDADÃO/BI (IDENTITY CARD NUMBER): [REDACTED]

CÓDIGO DE ACESSO PEDIDO PELO TITULAR DA INFORMAÇÃO (ACCESS CODE REQUESTED BY INFORMATION HOLDER)

FIM A QUE SE DESTINA O CERTIFICADO (REQUEST PURPOSE): CONTRATAÇÃO PÚBLICA (CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS)

INFORMAÇÃO SOBRE O TITULAR DO REGISTO EM (INFORMATION OF THE ABOVE-MENTIONED PERSON AT): 2022/08/07 07:57:30

*
*
*
*
*
*
*
*
*
*

NADA CONSTA ACERCA DA PESSOA ACIMA IDENTIFICADA
(NO CONVICTIONS)

CÓDIGO DE ACESSO (ACCESS CODE): [REDACTED]

CÓDIGO VIGENTE ATÉ (ACCESS CODE VALID UNTIL): 2022/11/05

O CÓDIGO DE ACESSO PERMITE OBTER CERTIFICADO ATUALIZADO DA MESMA PESSOA E PARA A MESMA FINALIDADE À DATA E HORA DA EMISSÃO EM:
<https://registocriminal.justica.gov.pt> (nos termos do disposto nos artigos 15º a 19º do Decreto-Lei nº 171/2015, de 25/8)

THE ACCESS CODE ALLOWS TO ACCEDE TO ACTUAL INFORMATION OF SAME PERSON AND FOR SAME PURPOSE ON DATE AND TIME OF ISSUE AT: <https://registocriminal.justica.gov.pt>
(according articles 15th to 19th of Decree-Law 171/2015, of 25/8)



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS**

Direção Regional do Turismo

CONTRATO N.º 12/DRT/2022

**“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO
PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA
CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”**

ENTRE

PRIMEIRO: _____, com domicílio profissional na Rua Comendador Ernesto Rebelo, 14, 9900-112 Horta, titular do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil _____, válido até _____, exercendo o cargo de Diretora Regional do Turismo, outorga em nome e em representação da REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES e da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, através da Direção Regional do Turismo, pessoa coletiva com o número 672002604, adiante designado por **PRIMEIRO OUTORGANTE**,

E

SEGUNDO: _____, titular do Cartão de Cidadão com o número de Identificação Civil _____, válido até _____, em nome e representação da Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda., pessoa coletiva n.º 514728310, com sede na Praça General Humberto Delgado, n.º 267, 2.º andar, sala 1, 4000-288 Porto, na qualidade de representante legal da sociedade, com poderes bastantes para a realização deste ato, adiante designado por **SEGUNDO OUTORGANTE**.

É celebrado o presente contrato, em suporte informático, nos termos do n.º 1 do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, adiante designado por CCP, que a Região Autónoma dos Açores, através da Direção Regional do Turismo, outorga, após a realização de procedimento por Ajuste Direto, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e e) do n.º 2 do artigo 14.º, da alínea a) do artigo 20.º, e artigo 44.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, com o **SEGUNDO OUTORGANTE**, para a execução da aquisição de serviços de **“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE**



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS**
Direção Regional do Turismo

VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES”, nas condições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços ao PRIMEIRO OUTORGANTE por parte do SEGUNDO OUTORGANTE de apoio na definição da estratégia de execução, promoção e comunicação de ações de capacitação para sustentabilidade das entidades públicas e privadas da Região Autónoma dos Açores no seu alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas, em conformidade com a proposta apresentada, com o convite formulado e com o caderno de encargos, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para os devidos efeitos legais.

CLÁUSULA SEGUNDA: Os trabalhos objeto do presente contrato ocorrem no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da assinatura do contrato, conforme previsto na cláusula 4.ª do Caderno de Encargos patenteado no procedimento.

CLÁUSULA TERCEIRA: 1. O encargo financeiro com o presente contrato é de € 56 600,00 (cinquenta e seis mil e seiscentos euros) que corresponde ao preço, nos termos da proposta do SEGUNDO OUTORGANTE, e que faz parte integrante do presente contrato, ao qual acresce o Imposto Sobre o Valor Acrescentado – IVA – à taxa legal em vigor.

2. O enquadramento orçamental é suportado por conta de verbas inscritas Capítulo 50, do Programa 12, Medida 10 – Transportes Turismo, Projeto 10.6 – Sustentabilidade do destino turístico, Ação 10.6.1. Desenvolvimento da política de turismo, com a classificação económica 02.02.20.

3. A este encargo financeiro foi atribuído o número de compromisso de anos futuros 1090000025 para 2023.

4. A assunção de encargos plurianuais se encontra devidamente autorizada por despacho de Sua Exa. o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública datado de 17/08/2022.

CLÁUSULA QUARTA: Os pagamentos ao SEGUNDO OUTORGANTE dos trabalhos objeto do presente contrato são liquidados de acordo com o estabelecido na cláusula 6.ª do Caderno de Encargos patenteado no Ajuste Direto, e atentas as disposições legais que regulam a realização e processamento de despesas na Administração Pública.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS**

Direção Regional do Turismo

CLÁUSULA QUINTA: Por despacho da Diretora Regional do Turismo, de 30/08/2022 foi nomeado a Dra. Gracinda Sousa, na qualidade de Diretora de Serviços de Informação Turística, Estruturação e Valorização do Produto, como gestora do presente contrato.

CLÁUSULA SEXTA: O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços, objeto do presente contrato, os meios humanos, materiais, informáticos e outros que repare por necessários e adequados, garantindo que o trabalho a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observa todas as normas legais e regulamentares aplicáveis

CLÁUSULA SETIMA: 1. O SEGUNDO OUTORGANTE obriga-se a contratar todos os seguros exigíveis por lei para o exercício da presente prestação de serviços, de acordo com o disposto no Caderno de Encargos.

2. As apólices referidas no número anterior devem manter-se válidas até à conclusão dos serviços contratualizados, devendo ser apresentadas ao PRIMEIRO OUTORGANTE, sempre que solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA: Em tudo o que estiver omissa no presente contrato aplica-se o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro e o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, bem como a restante legislação aplicável, considerando-se integrados no presente contrato o Convite, o Caderno de Encargos, os restantes elementos patenteados, a Proposta do SEGUNDO OUTORGANTE e quaisquer outros documentos que sejam mencionados neste Contrato ou no Caderno de Encargos.

CLÁUSULA NONA: Para qualquer questão emergente do presente contrato é competente o Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada.

CLÁUSULA DÉCIMA: 1. O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura sendo dado cumprimento ao disposto no artigo 127.º do CCP.

2. O presente contrato não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 48.º da Lei n.º 98/87, de 26 de agosto, na sua redação atual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: 1. O SEGUNDO OUTORGANTE apresentou cópia da certidão emitida pelo Serviço da Segurança Social Direta, datada de 13/06/2022 comprovativa da



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E
INFRAESTRUTURAS**
Direção Regional do Turismo

situação contributiva regularizada perante a Segurança Social, e cópia da certidão emitida pelo Serviço de Finanças Porto - 5, datada de 27/09/2022 comprovativa da sua situação contributiva regularizada perante a Fazenda Nacional.

2. O SEGUNDO OUTORGANTE apresentou a documentação prevista no artigo 81.º e nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e no ponto 16 do Convite.

3. Por despacho de 22/09/2022, da Sra. Diretora Regional do Turismo, foi aprovada a minuta do presente contrato e autorizada a sua celebração.

4. Ambos os outorgantes, na qualidade em que intervêm, aceitam o presente contrato a cujo cumprimento se obrigam.

O presente contrato vai ser elaborado numa via, partilhada pelos outorgantes.

PRIMEIRO OUTORGANTE

Assinado por: **ROSA MARIA CARREIRO MACHADO
COSTA**
Num. de Identificação: _____
Data: _____



CARTÃO DE CIDADÃO
• • • •

SEGUNDO OUTORGANTE

Assinado por: **ÁLVARO MANUEL REIS SANTOS**
Num. de Identificação: _____
Data: _____



CARTÃO DE CIDADÃO
• • • •

DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte AGENDA URBANA - ESTUDOS E CONSULTORIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA

Firma/Denominação AGENDA URBANA - ESTUDOS E CONSULTORIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA

N.º de Identificação de Segurança Social 25147283102

N.º de Identificação Fiscal 514728310

N.º da Declaração 028784940ASCD22

Data de emissão 2022-06-13

AGENDA URBANA - ESTUDOS E CONSULTORIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL LDA
PRAÇA GEN HUMBERTO DELGADO N 267 2 ANDAR SALA 1 PORTO
PORTO
4000-288 PORTO

Declaramos, que a entidade acima identificada tem a situação contributiva regularizada perante a Segurança Social.

Artigo 208.º do Código dos Regimes Contributivos, aprovado pela Lei n.º 110/2019, de 16 de setembro na sua versão atualizada

Esta declaração não constitui comprovativo de pagamento de contribuições, nem de outros valores e diz respeito à situação contributiva apurada até à data de emissão, não prejudicando o posterior apuramento de dívidas.

N.ºs 1 e 3 do artigo 82.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

A declaração é válida pelo prazo de **4 meses**, contado a partir da data de emissão.

Artigo 84.º do Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, na sua versão atualizada

O Diretor de Segurança Social


Miguel Caracul

Elementos para verificação da autenticidade da declaração:

Número de Identificação - 25147283102

Código de Verificação - 

Para verificar a autenticidade desta declaração aceda à Segurança Social Direta, no menu "CONTA CORRENTE-SITUAÇÃO CONTRIBUTIVA" e introduza o Número de Identificação e o Código de Verificação acima indicados.

Verifique se o documento obtido corresponde a esta declaração.

Relatório de Formação do Contrato

Informação Inicial do Contrato

Entidade(s) Adjudicante(s) - NIF, Nome, País	672002604, Direção Regional do Turismo, Portugal
Procedimento de contratação centralizado – destina-se à satisfação de necessidades de várias Entidades?	Não
Tipo Procedimento	Ajuste Direto Regime Geral
Tipo(s) de contrato	Aquisição de serviços
Identificação do contrato	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA CRIAÇÃO DE MODELO NORMATIVO PARA CERTIFICAÇÃO EM TURISMO SUSTENTÁVEL DE EMPRESAS DA CADEIA DE VALOR DO SECTOR DO TURISMO DOS AÇORES
Objeto do contrato	Apoio na definição da estratégia de execução, promoção e comunicação de ações de capacitação para sustentabilidade das entidades públicas e privadas da Região Autónoma dos Açores no seu alinhamento com os objetivos do desenvolvimento sustentável das Nações Unidas
Procedimento destinado à satisfação de necessidades no âmbito de	Outras atividades, que não as anteriores, enquanto entidade adjudicante prevista no art.º 2º do Código dos Contratos Públicos
Fundamentação para a escolha do procedimento de formação do contrato	Artigo 20.º, alínea a) do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29.12
Prazo de execução do contrato (dias)	120 dias
Preço base s/IVA (€)	56.600,00 €
Valor estimado da totalidade do(s) contrato(s) (s/IVA)	-
Preço contratual s/IVA (€)	56.600,00 €
Data da decisão de adjudicação	22-09-2022 00:00:00
Data da celebração do contrato	30-09-2022 00:00:00
Data de produção de efeitos	30-09-2022 00:00:00
Esta aquisição foi efetuada ao abrigo do artigo n.º 256.º-A do CCP?	Não
Entidade(s) Adjudicatária(s) - NIF, Nome, País	514728310, Agenda Urbana, Estudos e Consultadoria, Sociedade Unipessoal, Lda, Portugal
CPV	71621000-7
CPV Tipo	Principal
CPV Designação	Serviços técnicos de análise ou consultoria
CPV Valor	56.600.00 €
Efetuiu redução do contrato a escrito	Sim
Contrato	CONTRATO expurgado.pdf

Relatório de Formação de Contrato

Valor dos trabalhos de suprimento de erros e omissões do caderno de encargos (s/IVA) (€)	-
Informação relevante sobre habilitação do adjudicatário e sobre a prestação de caução	-
Informação relevante sobre factos relativos ao procedimento ou à contratação	-
Informação relevante sobre as fontes de financiamento do investimento	-
Observações	-

Emitido via portal base a 30-09-2022 11:33:58 por Cláudia Arlene de Brum Alvernaz.